



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



20

Discurso na cerimônia de assinatura de convênios com os governos dos estados para a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE AGOSTO DE 2001

Senhores Ministros de Estado aqui presentes, nomeadamente o Senhor Ministro da Justiça, Doutor José Gregori; Senhores Governadores que nos dão a honra da presença; Senhores Parlamentares; Senhores Secretários de Estado; Senhoras e Senhores,

Recentemente, chamou-me a atenção um artigo na imprensa que mostrava um dos efeitos da criminalidade e da insegurança em áreas periféricas da cidade de São Paulo: o de tornar difícil o recrutamento de médicos para postos de saúde da rede pública.

Creio que esta é apenas mais uma evidência, mais um exemplo de como a questão da segurança pública tem consequências que afetam todos os campos da vida da população. E, como sempre, os mais atingidos são os mais pobres, aqueles que vivem nas regiões menos privilegiadas.

E não se trata apenas de que as pessoas fiquem inseguras. Há mais do que isso. A insegurança impõe obstáculos a todo o esforço de melhoria das condições de vida no Brasil.

Quis mencionar esse fato corriqueiro, infelizmente, porque sei que todos os que estão aqui, hoje, concordam que temos, em nossas mãos, uma questão da mais alta importância e que deve ser tratada com a máxima prioridade.

Ontem, eu me reuni com alguns Ministros e aprovei um conjunto de medidas e de ações sobre a organização dos serviços de segurança pública, especialmente sobre as Polícias Civil e Militar. E, ontem mesmo, o Ministro José Gregori, que tem sido um batalhador incansável na questão da segurança pública, explicou ao País o conteúdo dessas medidas.

Quero aqui ressaltar que o Ministro Gregori, depois de ter sido Secretário Nacional de Direitos Humanos, quando veio para o Ministério da Justiça, entendeu que o desafio, até mesmo nos direitos humanos, passava pela questão da segurança. E tem se dedicado de uma maneira extraordinária, com muita competência e afabilidade – o que também é importante – no trato com os Governadores, os Secretários, os Comandantes da Polícia Militar e com seus colegas de Ministério, entendendo que esta é uma tarefa que ultrapassa os limites de um Ministério, embora o Ministério da Justiça continue e continuará sendo o local central de discussão dessas questões.

Portanto, rendo aqui minha homenagem a ele. E, ao mencionar o Ministro Gregori, estou mencionando, ao mesmo tempo, os demais Ministros que se têm ocupado desta matéria: o General Alberto Cardoso, o Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e todos aqueles, como o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, que compreenderam que essa matéria requer articulação, não só entre as Polícias Civil e Militar, mas também entre os Ministérios do Governo.

Mas, hoje, aproveito esta cerimônia para adicionar algumas considerações, possivelmente nada novo, posto que aqui estou entre pessoas que entendem mais do que eu da matéria.

Mas o fato é que a sociedade brasileira cansou da violência. E nenhum direito é mais fundamental do que o direito à vida, e é obrigação do Estado zelar para que esse direito seja respeitado.

Nas últimas semanas, os brasileiros assistiram, pela televisão, àquilo que o Governador da Bahia viu diretamente, num contexto inaceitável, cenas que causaram estorcimento e que mostram até que ponto as questões de segurança podem chegar se nós não adotarmos, em conjunto, uma série de medidas para, ao mesmo tempo em que possamos melhorar as condições de vida dos policiais civis e militares, manter, também, um espírito de profissionalismo nas instituições.

Já falamos muito sobre isso no Brasil. E não há dúvida de que é preciso separar, de forma nítida, dois temas que são distintos: um é a necessidade de assegurar condições adequadas aos integrantes das forças policiais. E ninguém tem dúvida sobre isso. É importante que cada policial saiba que, no mais alto nível da República, existe a consciência de que o trabalho policial é difícil, é essencial e precisa ser valorizado. Isso é algo que diz respeito, provavelmente, à auto-estima, tão falada, das corporações. E faz todo sentido. Ninguém trabalha com efetividade se não se sente valorizado. As críticas eventualmente feitas não devem nunca ser à totalidade dos corpos policiais, sejam civis, sejam militares. E não devem nunca perder de vista a importância das instituições de segurança para o bem-estar da população, como acabamos de ver aí e toda a gente sabe.

É claro que essa responsabilidade é, em primeiro lugar, dos Governos estaduais, mas é, na verdade, de todos nós, de toda a sociedade. Os policiais civis e militares precisam ter condições adequadas de trabalho e, quanto possível, de remuneração.

A dificuldade, ao tocarmos nesses temas, e diante dos Governadores, é que eles estão tão atados quanto está o Governo Federal em matéria salarial. E, portanto, todos nós sempre reconhecendo a validade dos reclamos pensamos sempre nas possibilidades, que são limitadas, dos respectivos Tesouros.

Mas, a despeito disso, devemos fazer um esforço para, ainda que seja progressivamente, irmos melhorando as condições de salário e materiais em geral dos corpos policiais.

Muitas vezes falta o dinheiro, mas há a possibilidade de acesso à casa própria ou há possibilidade de facilidades para assegurar-se uma

condição melhor de tranqüilidade para as famílias. Por exemplo, seguro de vida. Há maneiras, muitas vezes indiretas, quando não se pode dar integralmente as diretas, de fazer com que o policial sinta que os governantes estão, também, preocupados com a sua situação.

Eu até diria, como Presidente da República, que essa preocupação vai muito além das questões policiais civis ou militares, porque alcança o próprio funcionalismo. E alcança mais do que o funcionalismo, a população brasileira, toda ela necessitada de ter melhor condição de vida, toda ela lutando, certamente, para podermos ter vida mais digna e darmos vida mais digna a todas as famílias.

Agora, outra questão bem distinta dessa é a da necessidade de respeito à disciplina e ao princípio hierárquico na força policial. Isso é parte fundamental da democracia. É importante, também, que todos entendam isso e que entendam que esses princípios não são sujeitos a barganha ou negociação. São inegociáveis, na medida em que disciplina e hierarquia, nas forças militares, em geral, e policiais, em particular, são algo que diz respeito diretamente aos fundamentos da democracia.

São esses princípios que nos permitem ter a certeza de que todos – lideranças políticas, cidadãos ou policiais – estamos juntos no esforço de garantir melhores condições de segurança para os brasileiros.

Gostaria aqui de ressaltar a importância dos esforços dos Governadores, pois são eles que ocupam a posição central no sistema de segurança.

O desafio é grande. Não há um país do mundo que não enfrente problemas de segurança. Em nossos dias, o crime se organiza em redes internacionais, algumas das quais com recursos financeiros muito vultosos.

É bom dizer também que, apesar de ser grande o desafio, os princípios da hierarquia e da disciplina são peça fundamental, esteio mesmo da democracia. Como disse, os princípios da hierarquia, da disciplina, a despeito dos desafios, das dificuldades, muitas situações, no Brasil, têm melhorado e, no mundo, algumas têm sido resolvidas.

Quantos de nós não conhecemos os Estados Unidos, algumas cidades como Nova York. Eu não conheço suficientemente Chicago, mas conheço razoavelmente bem Nova York para verificar as mudanças

que lá ocorreram. Mudanças muito importantes. Cidades nas quais havia o medo de andar nas ruas, como em algumas das cidades brasileiras, e com regiões antes absolutamente proibidas para quem não estivesse muito bem guardado, hoje são cidades relativamente seguras.

Mesmo na Europa do pós-guerra – e os que somos mais velhos conhecemos momentos da Europa menos prósperos do que o seu momento atual – havia muita inquietação por causa do crime. Não obstante, foi sendo possível, paulatinamente, avançar.

Portanto, esses desafios são grandes, mas não estão, absolutamente, fora do alcance de um conjunto de políticas coordenadas e persistentes, porque não se resolvem, naturalmente, do dia para a noite, mas podem mostrar um caminho efetivo de controle dessa segurança.

No Brasil, com a persistência de situações graves de pobreza e de exclusão social, as tarefas de prevenção e repressão do crime tornam-se ainda mais difíceis. E, na medida em que o crime se organiza, como está se organizando, em que há essa conexão com a droga, com a lavagem de dinheiro, é uma tremenda injustiça para com os pobres e para com os excluídos pensar que o crime deriva da pobreza e da exclusão. Não é isso. Fosse assim, países ricos não teriam crime. E, muitas vezes, o crime mais sofisticado, mais perverso nasce nos países ricos. Há uma relação entre pobreza e criminalidade, mas não é a relação de que o pobre é mais inclinado ao crime do que aquele que não é pobre. Não é por causa disso que existe criminalidade. É por causa da falta de condições de segurança que os pobres sofrem mais ainda com a criminalidade.

No médio e longo prazo, a situação de segurança melhorará à medida mesma que o país avance, obviamente, no processo de desenvolvimento econômico e social, com a conquista de maior prosperidade e de maior justiça social. Mas, insisto: não há essa relação direta entre pobreza e criminalidade, porque seria injusto para com os pobres. Há, sim, uma relação direta entre desenvolvimento social e melhores condições de combate ao crime, porque o Estado se torna mais competente, mais capaz, com mais recursos e pode, por consequência, atuar de uma maneira mais efetiva.

Mas não podemos esperar que o Brasil seja um país plenamente desenvolvido para que começemos a dar respostas ao problema da segurança. A sociedade brasileira precisa de segurança já. Na verdade, seria também injusto para com as forças de segurança imaginar que nada foi feito, posto que muito esforço tem sido feito no Brasil e, com todas as dificuldades, alguns progressos têm sido conseguidos nessa matéria.

Foi com esse espírito que adotamos, no ano passado, o Plano Nacional de Segurança Pública, que já deu alguns resultados.

Vejo com freqüência, porque é fácil, dizerem: "Ah, não aconteceu nada", como se esses processos complexos se resolvessem até mesmo de um ano para o outro, para não falar de um mês para o outro ou de uma semana para a outra. Aconteceu, sim. Só no ano passado, o Fundo Nacional de Segurança Pública liberou 251 milhões de reais para os estados atuarem no campo da segurança. Dir-se-á: "O que são 251 milhões?" Mas não se liberava nada. E 250 milhões, mesmo para um país que já não é tão pobre quanto o Brasil, representam um esforço significativo.

O Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas atendeu 328 pessoas. O Serviço Civil Voluntário treinou 13.800 jovens. Também, nesse mesmo esforço de melhoria de condições sociais, conseguimos tirar das ruas 9.300 crianças e adolescentes, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Diga-se de passagem que esse programa tirou, não das ruas, mas do trabalho penoso, mais de 300 mil crianças, dando bolsa-escola, bolsas de estudo. No caso, nem é bolsa-escola, é bolsa para as famílias, porque as crianças estão trabalhando porque as famílias não têm recursos. E temos uma programação e recursos orçamentários para tirar todas as crianças que exercem trabalho penoso no Brasil até o final do meu mandato. Esses são, portanto, programas que estão avançando.

Como sabemos, para evitar que a criança – e o adolescente, mais tarde – entre na criminalidade é fundamental que haja acesso à escola. Quero lembrar que o Programa Bolsa-Escola, que lançamos neste ano, já beneficiou mais de 2.400.000 crianças. E vamos chegar, até o fim deste ano, neste Programa, alcançando 11 milhões de crianças.

Ainda hoje, pela manhã, estive em Belo Horizonte, em Nova Lima, na Fundação Dom Cabral, e tive a oportunidade de dizer, com mais ênfase até, o efeito desse programa, que é um programa que – os Governadores conhecem, os Prefeitos, também – vai ter uma consequência direta em melhorar a condição de vida dos mais pobres e vai levar as crianças a permanecerem mais tempo na escola. Ainda temos 3% das nossas crianças que não assistem às aulas e, mais ainda, temos, nos 97% que estão nas escolas, muitos que deixam de freqüentar. Esse problema é simples. É uma quantia de dinheiro modesta, mas, para aqueles que são realmente os mais necessitados, é significativa, de tal maneira que todas as famílias nas quais a renda *per capita* mensal seja inferior a meio salário mínimo têm direito a receber uma quantia por criança na escola.

O Governador Marconi Perillo, que é de Goiás, sabe o significado desse programa – os demais Governadores, também – porque tem experiência nessa matéria de que isso tem um efeito direto. E esse programa faz com que, através do cartão da bolsa-escola, o dinheiro seja entregue a cada mãe de família. Isso significa que a pessoa recebe um cartão e esse cartão vai, automaticamente, permitir que a mãe de família – e, se não houver a mãe, naturalmente, o responsável pela família – vá buscar na Caixa Econômica ou em um posto lotérico o dinheiro correspondente ao fato de ter a criança na escola e ter essa criança a obrigação de assistir, pelo menos, 85% das aulas que são ministradas.

Isso são, portanto, medidas concretas que vão permitindo também essa mudança de clima, no que diz respeito à violência no Brasil.

Voltando ao tema do controle da violência e do crime, nós inauguramos 18 novas delegacias da Polícia Federal em dez estados, nesse Programa Nacional de Segurança Pública. O Fundo Penitenciário Nacional repassou 98 milhões de reais para reforma e construção de presídios em todo o país. Em 2001, deveremos repassar 206 milhões de reais. Alguns convênios foram aqui assinados, se não me falha a memória, pelos Governos da Bahia e do Paraná. Não sei que outro Governo recebeu, mas muitos vão receber esses recursos.

E temos o compromisso, que firmei junto com o Governador Geraldo Alckmin, em São Paulo, de, até o fim do meu mandato, fazer a implosão, não simbólica, mas efetiva do Carandiru, como um símbolo de que vamos ter um sistema penitenciário de outra natureza. E estamos construindo ou ajudando a construir – algumas, é o Governo Federal, diretamente; outras, em cooperação com os estados, mas sempre para atender ao sistema de segurança pública – um conjunto bastante grande de penitenciárias.

São, portanto, ações concretas que estão em marcha. É claro que ainda há muito o que fazer, e é por isso que estamos agora adotando novas medidas para reforçar a implementação do Plano e para responder às preocupações suscitadas pelos acontecimentos mais recentes, que têm afetado vários estados da Federação.

Com os convênios assinados hoje, transferem-se mais 141 milhões de reais para os estados e que são adicionais aos que já foram transferidos em equipamento e treinamento de policiais, bem como para a construção de presídios.

Aqui, com o Governador Joaquim Roriz e o Governador Marconi Perillo, recentemente, estivemos em uma cidade próxima, nos arredores de Brasília, e pude ver, diretamente, a quantidade imensa de viaturas, motocicletas e aparelhagem que já está à disposição das Polícias. Recentemente, fui a Mato Grosso do Sul. Da mesma maneira, o Governador me disse que ele pôde reequipar a sua Polícia graças aos recursos federais. Vamos continuar fazendo isso, como forma de ajudar a que haja esse avanço nas questões de segurança pública.

Vamos trabalhar, como disse agora mesmo o Ministro José Gregori, para a integração crescente das Polícias, para que a ação policial ganhe maior eficiência e maior racionalidade na atribuição de tarefas e na consecução de seus objetivos.

Já foi referida uma espécie de choque de integração. Reitero a minha não-competência específica para discutir o tema, mas essa questão é muito complexa e provoca, naturalmente, oposição de interesses. Quero deixar claro que nós queremos induzir, não impor, até porque, constitucionalmente, não tenho o poder para isso. Mas que-

remos induzir os estados a discutirem mais em profundidade as formas de articulação entre as suas Polícias.

Quantas vezes tenho ouvido clamores no sentido: "Se não há uma medida provisória, faz-se uma lei", como se os processos sociais se resolvessem por decreto. Como se, de repente, fosse possível fazer com que corporações com culturas diversas, do dia para a noite, se unificassem, sem que isso criasse mais problemas do que resolvesse, embora o objetivo correto seja, efetivamente, o de chegar-se a uma cooperação mais estreita e a uma integração.

Quantas vezes ouvi, também, críticas, até diretamente a mim, de que mandei fazer isso, mandei fazer aquilo, que isso é contra o interesse de tal corporação. Não mandei nada. Apenas mandei estudar e os resultados dos estudos estão agora, aí sim, sendo concretizados. Agora, sim, mandarei mensagens ao Congresso, assinarei medidas provisórias, depois que houve uma articulação com os Governadores, que foram os que suscitaram, efetivamente, mais recentemente, essa preocupação e, também, com os membros do Congresso Nacional.

É claro que nessas matérias complexas, onde há choques de interesse, nós temos que tomar cuidado para que o corporativismo não se sobreponha à exigência da sociedade brasileira por maior segurança. Mas também não quero, aqui, fazer nenhuma injustiça. Há momentos em que a defesa legítima das aspirações, dos interesses das corporações tem que se fazer presente por intermédio de seus líderes.

Uma coisa é a ação normal, democrática, legítima. Outra coisa é o corporativismo. E outra maior ainda, a quebra de hierarquia. É preciso não confundir as dimensões distintas, para que não passemos a sensação, que não é o meu caso, de que estamos movidos por um ímpeto de quebrar direitos ou evitar que as normas democráticas tenham plena vigência.

Esses são os princípios que devem orientar, agora, o núcleo interministerial, a que fez referência o Ministro Gregori, que vai preparar, ainda nos próximos dois meses, novas propostas que vão permitir, mais e mais, a integração das Polícias Civil e Militar. Sempre nesse espírito, já aqui mencionado, de respeito à Federação, portanto à autono-

mia dos estados e dos Governadores e aos interesses legítimos de cada corporação.

Defini uma diretriz muito clara aos Ministros: o Governo Federal ajudará os estados para que eles, na prática cotidiana, executem as ações na linha de uma integração crescente entre as Polícias Civil e Militar.

Os eventos recentes deixaram claro que é preciso contar com algum tipo de resposta para situações de emergência. Todos esperam que essas situações não venham a se repetir, mas é nossa responsabilidade estarmos preparados para agir se for necessário.

O Governo Federal procurará facilitar o trabalho dos Governadores, inclusive no que se refere à manutenção da disciplina.

Em nenhuma hipótese a população vai ficar desprotegida. Em quaisquer circunstâncias, farei respeitar a Constituição.

Ao mesmo tempo, o Governo vai buscar ajudar as Polícias, para que evitem o que poderia ser qualificado como uma crise, como já mencionei aqui, de auto-estima ou, mesmo, uma crise de confiança junto à sociedade.

Quero expressar, aqui, também, aproveitando a ocasião, o meu reconhecimento às Forças Armadas, que prestaram uma colaboração essencial nas situações recentes e que – nem é preciso dizer – continuarão prontas a atuar, como actuaram, sob o meu comando, com firmeza, com serenidade, na proteção da sociedade e na garantia dos poderes constituídos nos termos previstos pela nossa Constituição.

Estamos também adotando medidas que contribuem para melhorar a renda dos policiais, como mencionei. A Caixa Econômica Federal dará prioridade a eles em seus programas de financiamento da casa própria. Isso representa uma forma muito significativa – ou pode representar – de complementação de renda.

Assinei, também, outras medidas para garantir o funcionamento das atividades essenciais de segurança pública e para fortalecer o respeito ao princípio da hierarquia e da disciplina.

O Governo estará enviando ao Congresso projetos de lei nesse sentido. O Congresso, naturalmente, é a Casa política que discutirá esta matéria. Mas o Congresso é o mesmo Congresso que aprovou a

Constituição. E eu me honrei, e me honro de ter feito parte do Congresso e de ter votado a Constituição.

A Constituição é muito clara. Ela restringe certos mecanismos que são normais nas sociedades democráticas, como a greve nos casos daqueles que são portadores de arma e que não podem, jamais, utilizar essas armas contra a sociedade, quando sua missão é proteger essa sociedade.

Nossa sociedade pode estar tranqüila, porque estamos tomando todas as medidas necessárias para reforçar a segurança pública e para evitar a quebra da disciplina e garantir, assim, a atuação do Estado, se for o caso, em situações de emergência.

Os Governadores são testemunhas de que eu jamais faltei à decisão necessária, nos momentos de confronto, para que a ordem democrática fosse restabelecida. E quando se fala de democracia, tenho muita tranqüilidade, porque fui, a vida inteira, um servidor dos valores democráticos. E porque sou servidor dos valores democráticos é que acho que a disciplina e a hierarquia são parte fundamental nas Forças Armadas, nas forças policiais, no espírito democrático. Quando alguém tenta quebrar esse espírito, está sendo antidemocrático. E, sendo antidemocrático, encontrará em mim uma barreira total, porque, se se ceder nesses princípios basilares do que seja a segurança dentro da democracia, não se tem, depois, condições de, efetivamente, dizer: "Sou democrata." Passa-se a ser alguém que não tem a energia necessária para impedir que a democracia seja substituída pela vontade imperial ou imperiosa daqueles que são portadores de armas. Isso é o oposto do sentido de democracia.

É claro que tudo isso nós temos que fazer em parceria com os estados e, como disse, com o Congresso Nacional e com a própria sociedade.

O Congresso, aliás, já vem examinando uma série de projetos que lá estão. Peço urgência para isso. Urgência não no sentido constitucional, porque não quero atropelar a pauta do Congresso. Mas há matérias de muita importância, uma de 1997, outra do ano 2000, que dizem respeito à organização das forças de segurança e que é preciso, agora, à luz da experiência mais recente e incorporando as medidas que estamos tomando agora, que elas possam ter uma tramitação mais rápida.

Acredito que esse diálogo – e eu vejo muitos representantes do Congresso aqui – vai ser essencial, também, para que possamos ter o resultado que todos esperamos. Tenho total confiança em que o Congresso fará isso.

O Brasil vive hoje um momento muito importante da sua história. Estamos realizando avanços essenciais em muitas partes: avanço na educação, avanço na saúde pública. Temos hoje uma respeitabilidade no plano internacional, temos capacidade de lidar com os fenômenos adversos, como ainda agora estamos vendo, nos fluxos financeiros. Temos a competência dos nossos empresários, o valor dos nossos trabalhadores, a competência da sociedade civil em entender momentos de dificuldade. Basta ver o que aconteceu, agora, com a questão da energia, a resposta extraordinariamente positiva da sociedade.

Tudo isso mostra que estamos vivendo um momento em que o Brasil está se afirmando. E, portanto, temos que encarar, também, a questão da segurança pública nesse contexto como uma questão central. É uma questão que está, realmente, entre as prioridades nacionais, e temos que seguir neste rumo.

É por isso que, assim como estou fazendo em várias áreas, como sempre fiz, na área da política econômica, como sempre fiz nas áreas das políticas sociais, e, mais recentemente, na área de energia, vou seguir, pessoalmente, os trabalhos dessa comissão interministerial. E, na medida em que puder ser útil com os Governadores e com o Congresso Nacional, estarei sempre disposto a servir de elo de entendimento entre essas forças para que o Brasil possa ter aquilo que deseja.

O Brasil deseja coisas muito simples. Além da democracia, da capacidade de trabalho, aquilo que é fundamental: segurança. E segurança, Ministro Gregori, é, para mim, direito humano, é respeito à vida.

É por isso que estamos todos reunidos aqui, conscientes de que todos – e nisso eu incluo os membros das forças de segurança – queremos dar um basta tanto à violência e ao crime quanto à desordem e à quebra de hierarquia.

Muito obrigado.